

## ASSOCIAÇÕES, ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E UFS: UMA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-PIBIX/UFS.

Flávia Augusta Santos de Melo<sup>1</sup>

**RESUMO:** *A gênese do Projeto de Extensão: Associações, alunos com deficiência e UFS: ação coletiva pela Inclusão Social encontra-se no acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação da UFS e no acompanhamento ao cotidiano acadêmico desses estudantes. A dinâmica interna junto aos alunos foi provocada pelo Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado as Políticas Públicas - PROEXT 2005-MEC/SESu/DEPEM, através do Edital nº 008, a partir do tema :Políticas de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e do sub-tema: Atenção à Pessoa Idosa, à Pessoa Portadora de Deficiência e as Populações Indígenas e Quilombolas A implantação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão - PIBIX - em 2006 sinalizou possibilidades de prosseguimento das ações desencadeadas pelo grupo de trabalho denominado: Por uma Universidade sem Deficiência, com o objetivo de consolidar o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais na UFS. Definiu-se como objetivo, entre outros, contribuir para a implantação de um espaço coletivo de caráter reflexivo e propositivo voltado para a garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais, de acesso igualitário aos serviços educacionais, culturais e ao trabalho. A meta seria o estabelecimento de uma dinâmica interativa entre UFS e as organizações de pessoas com deficiência, na perspectiva de criação de um fórum permanente de discussão e encaminhamentos de propostas voltadas para o acesso desse segmento populacional aos serviços indispensáveis a uma sobrevivência digna, em especial a um ensino superior público e socialmente referenciado. Este é uma tentativa de abstração da experiência vivenciadas junto a grupos sociais com deficiência, numa perspectiva de análise contextual a partir do movimento da história, das relações entre os sujeitos protagonistas em seus cenários específicos.*

**Palavras-chave:** Extensão; Alunos com deficiência; Inclusão.

### ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL

#### 1.1. As aproximações sucessivas à teoria e à legislação

As relações estabelecidas entre as pessoas tidas como “normais” e aquelas com deficiência, ao longo da história das diferentes sociedades, são marcadas pelo preconceito, pela discriminação do outro, do diferente, do considerado “anormal”.

A comparação entre seres humanos é uma tendência antiga, já existente nas sociedades que precederam as atuais e culminava em algumas sociedades com a eliminação dos seres humanos que tiveram o “infortúnio” de nascerem com limitações sensoriais ou motoras, a exemplo dos cegos na antiga Prússia e das pessoas com deficiência física na Grécia.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2008), ex-bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão PIBIX, membro do Grupo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, Assistente Social da Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE e Assistente Social da Universidade Federal de Sergipe-Campus Itabaiana. E-mail: [flavia.augustasm@hotmail.com](mailto:flavia.augustasm@hotmail.com). Aracaju-SE (autora)

Mas, o significado de deficiência variava entre as culturas orientais e ocidentais. “Nas culturas hebraica, árabe e hindu, o fundamental era a audição, pois a fonte suprema da verdade é uma divindade invisível, que só poderia interagir com o homem pela palavra. Saber ouvir era muito importante. Por isso nessas culturas, os cegos eram valorizados, possuidores do dom divino e de grande sabedoria” (Bruno, 1999:16/17)

O Cristianismo na Idade Média, e a ênfase ao crescimento espiritual, têm influência marcante nos comportamentos piedosos, reforçados pela igreja e ainda presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, “a própria religião com toda sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidas com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.” (Mazzota, 2005:16).

Pode-se atribuir, com relativa segurança, ao movimento iluminista dos séculos XVII e XVIII, os primeiros pensamentos, produções e ações voltadas para crianças e jovens com deficiência na Europa<sup>2</sup>, em particular na França e na Alemanha. No entanto, persiste nas diferentes culturas valores e concepções estigmatizantes sobre deficiência.

As sociedades contemporâneas dos séculos XVIII e XIX vivenciaram acontecimentos marcantes da história a exemplo das revoluções francesa e industrial, a hegemonia da classe burguesa e aliado as grandes transformações econômicas, políticas e sociais, surgiram as grandes teorias e doutrinas que explicavam o movimento da história.

Desta forma as bases do liberalismo postas pelo iluminismo, tornam evidente um paradigma poderoso sustentado no individualismo, na liberdade, na prosperidade, na democracia e na igualdade. São pilares que encerram contradições profundas em seus elementos constitutivos e defendem na sua totalidade uma sociedade baseada na exploração e na desigualdade entre nações e populações.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico das sociedades burguesas fundamenta-se na apropriação dos meios necessários a produção coletiva da riqueza social, na concentração do poder econômico e político de grupos e Estados do mundo ocidental, gerando desigualdade, discriminação e exclusão de povos e nações colonizadas e expropriadas dos bens materiais, principalmente na América latina.

Excluídos, discriminados no nível global, as sociedades regionais e/ou locais elaboram culturas alienadas, subalternizadas e internamente desenvolvem processos sociais excludentes baseados no lugar que ocupam na organização social a qual, por sua vez, define a distribuição desigual das chances de vida.<sup>3</sup>

A desigualdade das chances de vida agrava-se para os segmentos “minoritários” da sociedade, entre os quais pessoas com deficiência cuja luta extrapola a objetividade das dimensões econômica e social e atinge as representações sociais, os valores e princípios que

<sup>2</sup> MAZZOTA, M.J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 5ª ed. – S. Paulo: Cortez, 2005.

<sup>3</sup> DAHRENDORF, Ralf. Conflito Social Moderno: Um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. S. Paulo: Edusp, 1992.

alimentam concepções atreladas a rejeição, discriminação e desvalorização do outro, face a sua diferença dos considerados “normais”.

O conceito de normalidade na sociedade de mercado, comporta elementos constitutivos do poder de controle da população. Nesse, Foucault (1986:16) defende o objetivo do poder como “ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política.”

Segundo Lernardi (s/d) a idéia de norma e normalidade remonta aos séculos XVIII e XIX, com a industrialização. Afirma ainda “que o conceito de norma nasce ligado ao conceito de média; este por sua vez, está conectado ao nascimento da estatística como uma ciência das coisas do Estado, como uma espécie de aritmética política.”

Nesse sentido, a sociedade capitalista define padrões de comportamento da população e estabelece mecanismos para gerir pessoas normais, saudáveis, produtivas para o capital, através das políticas de saúde, educação, trabalho, entre outras.

As políticas sociais são respostas do Estado as diversas formas de expressão da questão social, sendo esta “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (Yamamoto: Temporalis, nº 03: 11).

Ademais, há o entendimento de políticas sociais “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.” (Behring/Boschetti, 2007:36)

A história das políticas sociais de atendimento as pessoas com deficiência no Brasil, segundo Mazzotta remonta ou remete ao final do século XIX, através de iniciativas isoladas (particulares ou oficiais) voltadas para o atendimento educacional.

Segundo esse autor, em períodos anteriores a concepção depreciativa da pessoa com deficiência “levou à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população” (Mazzotta, 2005:16).

A constituição brasileira de 1988 abriu espaços para a elaboração de um aparato legal na forma de decretos, portarias, resoluções e leis voltadas para os direitos das pessoas com deficiência nas diversas áreas das políticas sociais.

Esse ordenamento jurídico, social e político foi o marco para o surgimento, a partir das duas últimas décadas do século XX, de um conjunto de normas, preceitos, regras, enfim de condições impostas pela conjuntura sócio-econômica do país, voltadas para os interesses do segmento populacional constituído por pessoas com algum tipo de deficiência.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Ver documento do MEC

Apesar da existência de um aparato legal, constata-se na sociedade brasileira um hiato entre a promulgação das leis e as mudanças nos hábitos, a construção de uma cultura inclusiva. Na verdade, as leis deveriam ratificar a vida real, no entanto “é opinião muito difundida e, inclusive, é opinião considerada realista e inteligente, que as leis devem ser precedidas do costume, que a lei só é eficaz quando sanciona os costumes. Esta opinião está contra a história real do desenvolvimento do direito, que sempre exigiu uma luta para afirmar-se, luta que, na realidade, é pela criação de um novo costume”. (Gramsci, 1980, p. 152 apud Caiado, 2003: 133)

Por outro lado, a legislação é a base fundamental para o movimento da sociedade civil no confronto com a sociedade política, através da luta que envolve famílias, grupos e organizações sociais, na construção do caminho da inclusão social, da acessibilidade, da superação de todas as formas de barreiras impostas às pessoas com limitações sensoriais ou motoras.

Nessa dinâmica da sociedade, inclui-se a Universidade como centro de formação e educação superior através do ensino e de produção e disseminação do conhecimento científico através da pesquisa e da extensão, numa relação dialética, através da qual esses elementos se retroalimentam.

Isto posto, remete a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que assegura como dever do Estado, no artigo 4º “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Além dessa garantia, dedica no capítulo V os artigos 58, 59 e 60 voltados para a educação especial.

Atenção especial deve ser dirigida à Portaria do Ministério da Educação nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições de ensino superior.

A busca incessante pelo aprofundamento teórico necessário para a análise da realidade enfrentada pela Associação de Deficientes Visuais de Sergipe – ADEVISE – na luta política voltada para os direitos das pessoas com deficiência visual, e pelo Instituto de Apoio Pedagógico a Educação de Surdos de Sergipe – IPAESE -, e a construção de uma proposta teórico-metodológica para a educação formal dos surdos, sedimentou práticas sociais voltadas para a defesa intransigente do acesso aos bens e serviços coletivos dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

## **1.2-As aproximações sucessivas à realidade social**

### **a) A metodologia**

A construção do caminho metodológico foi acontecendo na própria caminhada; no entanto a elaboração do projeto exigiu que se antecipassem alguns aspectos da metodologia a ser adotada. Na prática social objeto desta reflexão, tentou-se construir uma relação dialética com os grupos envolvidos, pautada em alguns pressupostos:

- a compreensão da realidade a partir do pensamento de Marx: “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações (...) por isso o concreto aparece no pensamento como

processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida (...). (Pontes, 2000; CFESS/ABEPS. Mod.4).

-O envolvimento dos grupos na análise das contradições da sociedade e de suas próprias contradições na perspectiva da apreensão da totalidade, e da busca de estratégias coletivas de superação.

-O processo educativo tem como centro o diálogo “como exercício concreto de se poder aceitar o risco de não prevalecer seu ponto de vista ou opinião. O diálogo é aqui entendido como expressão da possibilidade da existência de outro patamar comum, dependente de um outro registro do ser humano que torne possível a tomada de um caminho com características que se aproximem da universidade ou de um caminho da verdade. Um diálogo que possibilite, por exemplo, ao saber técnico (conhecimento científico, não sendo confundido com o saber dominante), numa relação com o saber popular não de forma unidirecional, vertical e autoritária, mas sim horizontal, bidirecional e participante”. (Neto, 1999:58)

b) A ADEWISE – Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe.

Belarmino (1997) informa que “no Brasil, as primeiras associações de cegos surgem no Rio de Janeiro dos anos 50, congregando-se em torno de interesses eminentemente econômicos”.

Mas, foi na conjuntura dos anos 80, na efervescência dos movimentos sociais no Brasil, “o apogeu do movimento associativista dos cegos, com a realização de inúmeros congressos, encontros regionais e seminários, visando basicamente o fortalecimento desse movimento em nível nacional”. (Belarmino, 1997:46).

No estado de Sergipe, foi na década de 90 (12.06.1999) que cegos e baixa-visão<sup>5</sup> criaram a Associação de Deficientes Visuais de Sergipe -ADEWISE-, sociedade sem fins lucrativos, autônoma, tendo como objetivo, segundo estatuto social “desenvolver e executar programas nas áreas de mobilização, prevenção, conscientização, educação, cultura, esportes, lazer, profissionalização, mercado de trabalho dentre outros, visando a integração e a emancipação dos portadores de cegueira”.

As primeiras aproximações a esse agrupamento ocorreram a partir de abril de 2006, e, através da observação participante, foram identificadas demandas sociais, consideradas prioritárias para o planejamento da associação. Pesquisa junto aos sócios afastados; sessões de estudo de temas de interesse da diretoria; assessoria as reuniões e assembléias; elaboração de projetos.

A demanda apresentada ao PIBIX, pela diretoria, foi a identificação das causas do afastamento dos sócios, causando esvaziamento da associação. Nas palavras do seu presidente, “os resultados das visitas domiciliares iriam orientar os trabalhos da ADEWISE”. Considerou-se pertinente, até porque a atual diretoria havia sido empossada em janeiro de 2005 e a pesquisa foi realizada no período de agosto a dezembro desse mesmo ano.

Paralelo as visitas domiciliares, a análise das mediações naquele agrupamento social exigiu o acompanhamento ao movimento dialético da realidade, considerando que esse

---

<sup>5</sup> Ver decreto 5296, de 02 de dezembro de 2004

movimento “ascende do abstrato ( real caótico), representação caótica do real ao concreto ( real pensado), combinando representações ideais com observações empíricas[...]” (Pontes,2000).

Nesse movimento, as contradições presentes nos grupos sociais foram identificadas e analisadas coletivamente nesse grupo específico, cujas relações eram marcadas pelo individualismo exacerbado, pela força do poder econômico e do conhecimento, elementos fortes inibidores da força da organização.

Em que pese à natureza política, reivindicatória da ADEWISE, persiste alguns traços de corte assistencialista, o que traduz a persistência do estigma social a que foram e continuam sendo submetidos os indivíduos com deficiência.

O corte assistencialista manifesta-se na valorização de parcerias que desenvolvem projetos de caráter filantrópico, cujos resultados são imediatamente visíveis. Manifesta-se também nas diversas formas de inserção em movimentos voltados para a gratuidade de acesso aos serviços de transporte, shows, cinemas, teatros, espetáculos artísticos e culturais.

A ausência de mercado de trabalho para o cego em Sergipe, tem contribuído para o isolamento dessas pessoas e a acomodação ao benefício da Lei Orgânica da Assistência Social .Considerando a importância do trabalho para a construção da identidade do homem, Pontes (2000) analisa as determinações fundamentais da ontologia marxista do ser social, e afirma que “o trabalho assume o papel de condicionador da existência humana, porque proporciona a socialização humana”.Nesse sentido, a ausência do trabalho bloqueia a socialização do indivíduo cego, infligindo-lhe a condição de não-humano.

Nessa condição encontra-se um número significativo de pessoas com deficiência visual, que encontraram no benefício da assistência as condições de sobrevivência, desistiram de lutar por objetivos que alimentam a força individual, a motivação para a vida.

Essa situação foi identificada durante a pesquisa realizada junto aos sócios afastados da ADEWISE, a qual revelou também entendimentos equivocados sobre a finalidade da associação, desvelou medos do preconceito da sociedade, insegurança e dependência para a locomoção.

Um dos desafios da ADEWISE é compreender a assistência como processante das demais políticas sociais, como direito de cidadania, o que implica no entendimento do benefício de prestação continuada, por exemplo, não como algo definitivo destinado as pessoas com deficiência, por encontrarem-se na categoria dos incapacitados para suprir a própria sobrevivência, indefinidamente.

Enquanto espaço plural a ADEWISE convive com diferentes formas de pensar a deficiência e a acessibilidade; o confronto das diferentes percepções gera ações mais politizadas voltadas para o embate coletivo com a sociedade política. Esse exercício é alimentado por instâncias da sociedade civil, a exemplo dos Conselhos Municipal e Estadual de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, nos quais a associação tem assento.

Nessa direção a Semana do Deficiente Visual realizada em dezembro de 2005 foi palco de apresentações e debates sobre as causas da cegueira e a organização política desse segmento da população. Comprovando conclusões da pesquisa realizada junto aos sócios que se afastaram, já referida neste trabalho, apesar da intensidade do processo de mobilização, a grande maioria

não se fez presente ao evento. Na avaliação da semana pela diretoria, foi evidenciada como prioridade da associação a adoção de estratégia de divulgação e de aproximação dos sócios, considerando que:

No caso particular dos indivíduos cegos, vimos como durante muitos séculos diversas sociedades os relegaram à condição de “não-pessoas” e vislumbramos a lenta emergência desses indivíduos na sua luta para serem reconhecidos como sujeitos sociais, graças aos seu acesso à educação e ao trabalho como importantes fontes para a diminuição da força do estigma contra a cegueira, e como fatores relevantes no seu processo de conscientização e politização” (Belamino, 1997:75/76)

Um dos enfoques da citação, a questão do trabalho, tornou-se objeto de reflexões, estudos e buscas de alternativas de inserção de cegos e baixa-visão em atividades laborativas inicialmente em função do sistema de cotas, para posterior reconhecimento pela sociedade da eficiência desse segmento e a superação do estigma da deficiência.

No acaso de 2006, a elaboração do relatório anual e do Plano de Trabalho para 2007, foram momentos significativos para a direção da ADEVISE por ensejar um processo de avaliação extremamente rico porque denso de elementos da realidade refletidos à luz da teoria.

c) O IPAESE - Instituto Pedagógico de Apoio à Educação de Surdos de Sergipe.

Penetrar, entender e interagir no “mundo do silêncio”, são ingredientes de um processo extremamente difícil, complexo, pelo desafio posto à comunicação entre seres humanos cuja limitação sensorial concentra-se no órgão responsável pela recepção, condução e envio de códigos sonoros.

Bodernave, 1983, conceitua comunicação como “um conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíprocas”. Através da comunicação as pessoas, grupos, populações, nações constroem e (re) constroem a história das diferentes sociedades, nas diferentes conjunturas econômicas, sociais, políticas e culturais.

Em Sergipe, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, criado em 196, foi o pioneiro em educação especial, congregava escolas para cegos, surdos e para crianças com síndrome de down.

As tentativas de inclusão do surdo no sistema regular de ensino em Aracaju, em sua grande maioria, não lograram êxito, mesmo com a disponibilidade das famílias de colocarem à disposição das escolas o interprete da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

Diante desse impasse, um grupo de mães e pais de surdos idealizou e criou o IPAESE em 21 de dezembro de 2000, com a finalidade de “estimular e promover a educação e desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência auditiva”, através de diversas atividades, a exemplo da educação formal, do ensino Fundamental. Em 2007, estão matriculadas 64 crianças e adolescentes.

O IPAESE adota a LIBRAS para o estudo dos conteúdos e assume uma postura democrática de discussão e aprofundamento teórico-metodológico inerente as diferentes concepções sobre educação de surdos que comportam temas como inclusão educacional, oralismo e LIBRAS.

A inclusão educacional pressupõe um trabalho bilíngüe nas salas inclusivas, uma prática pedagógica mediada pela língua portuguesa e a língua dos sinais-LIBRAS.

O oralismo defende o desenvolvimento da sonoridade do surdo através da fonoaudiologia, e em sala de aula pelo movimento labial, na tentativa de superar a relação íntima existente entre audição e fala.

A estratégia adotada para o início do conhecimento da realidade do IPAESE, foi o diálogo com as famílias dos alunos, com o objetivo de captar as relações existentes no universo familiar e as percepções sobre o instituto.

Nas entrevistas realizadas algumas questões foram recorrentes, tornando-se portanto temas geradores de reflexões e encaminhamentos.

Das quatorze (14) famílias entrevistadas, onze(11) não falam LIBRAS, apesar da avaliação que fizeram sobre a importância da Língua para a comunicação com a família. A dotam sinais, códigos particulares que garantem a troca de informações básicas entre o surdo e a(s) pessoa(s) do grupo familiar que mantem uma interação mais efetiva.

Na avaliação sobre o IPAESE, as quatorze entrevistadas foram unânimes em considerá-lo como sendo de enorme importância para a aprendizagem dos filhos. Na trajetória educacional das crianças e jovens, destacaram a importância do Centro Educacional Especial João Cardoso Nascimento Júnior como formação inicial. Criticaram severamente a inclusão educacional do surdo no sistema regular de ensino, negando a sua prática nas escolas de Aracaju.

As famílias dos alunos são sócias do instituto e participam com contribuições financeiras de acordo com as condições de cada grupo familiar e desenvolvem trabalhos artesanais para vender em eventos sociais com retorno para o IPAESE.

Das sugestões apresentadas, as duas com maior frequência, voltaram-se para a necessidade de um espaço físico maior e a capacitação dos surdos em informática, questões previstas para 2007, encontrando-se a última inserida no Projeto “Surdo Sim” encaminhado a PETROBRÁS.

A culminância do trabalho realizado com as famílias, deu-se durante o EPAI- Encontro de Pais-, oportunidade em que as questões levantadas durante as entrevistas foram refletidas durante a palestra proferida pela coordenação do PIBIX sobre o papel da educação especial e familiar no processo de inclusão social do surdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não ver, não ouvir, não andar numa sociedade de videntes, ouvintes e andantes, significa rompimento, inicialmente com o próprio preconceito, assumir-se como protagonista do seu próprio enredo e inserir-se no elenco dos principais atores da história da sociedade, atravessando, para isso, os obstáculos econômicos, sociais, culturais e políticos. São obstáculos fincados no preconceito, na discriminação, na categorização das pessoas a partir de atributos definidos por

grupos sociais cuja posição econômica e social lhes confere o direito de definir padrões de “normalidade”.

Apesar da discordância com o pensamento de Goffman, há o reconhecimento de que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total dos atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” e ainda “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem possibilidade de serem neles encontradas”(Goffman in Belarmino.1997:67)

A Universidade é síntese reprodutora das relações sociais dominantes ao tempo em que pode germinar a implosão dessas relações, a partir das contradições da sociedade que a legitima e financia.

É plural na produção e disseminação do conhecimento e generalizante nos seus objetos de estudo, os quais guardam relação direta com os interesses, as demandas da sociedade.

Entretanto minimamente, a deficiência vem sendo contemplada como objeto de estudo e que traduz o tratamento dispensado a essa questão como sub-área do conhecimento.

Nesse sentido, o PIBIX ensejou o desenvolvimento de ações voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão, com o foco da deficiência como objeto da prática social e as temáticas educação, mercado de trabalho e organização social como mediações<sup>6</sup> de cada particularidade trabalhada.

Concretamente, a articulação entre as ações desenvolvidas juntas as organizações da sociedade civil e as atividades internas à UFS, ocorreu no momento de sensibilização da comunidade universitária, através das oficinas de Braille<sup>7</sup>, Sorobã e Libras, coordenadas por representações da ADEWISE e do IPAESE.

Foi um importante espaço de reflexão sobre a questão da deficiência, com a participação ativa dos seus protagonistas, através de depoimentos e de reflexões sobre a necessidade da universidade superar a concepção assistencialista sobre deficiência - que defende a idéia de adaptação ou seja, de favor- para o paradigma da acessibilidade , do direito de todos a consumo dos bens coletivos, indistintamente.

A experiência caminhou referendada pelos princípios da incerteza, da dúvida, dos questionamentos, o que exigiu a ruptura com o determinismo, com as suposições e abriu possibilidades para acompanhar o movimento da realidade, através de aproximações sucessivas à dinâmica das organizações sociais e aos referenciais teóricos que explicam o objeto da ação educativa.

A adoção da pesquisa como princípio fundante da prática social, exigiu a busca da relação entre a teoria social crítica de Marx e a bibliografia existente sobre a questão da

---

<sup>6</sup> Mediação:...uma categoria objetiva, ontológica, que tem de estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito(Lukács,1997:90 in Pontes.2003:38-UnB-ABEPS).

<sup>7</sup> Braille. “é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Luis Braille, um jovem cego(...) utilizando seis pontos em relevo dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 pontos diferentes, usados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica em geral, na música e, recentemente na informática”.(Doc. MEC/SEESP-2006)

deficiência, gerou questionamentos ainda não aprofundados, o que explica a limitação teórica do presente texto. No entanto, a teoria apreendida contribuiu para a apreensão da realidade pesquisada, para o conhecimento das demandas específicas da ADEVISE enquanto organização social e política voltada para os direitos da pessoa com deficiência visual, e do IPAESE, como instituição voltada para a educação de surdos.

O projeto abriu espaço para o estágio curricular obrigatório, exigência para integralização do curso de Serviço Social, e possibilitou o exercício profissional no cotidiano de grupos vulnerabilizados. O cotidiano é entendido como “(...) o lugar onde a reprodução se realiza através da reprodução dos indivíduos (Neto, 1997), sendo um espaço ineliminável e insuprimível. As singularidades, os imediatismos que caracterizam o cotidiano que implicam a ausência de mediação, só podem ser enfrentados pela apreensão das mediações objetivas e subjetivas (tais como valores éticos, morais e civilizatórios, princípios e referências teóricas, práticas e políticas), que se colocam na realidade da intervenção profissional” (GUERRA, 2000:58)

## REFERÊNCIAS

ADEVISE, **Documentos Oficiais.**

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** 2.ed.-S.Pulo:Cortez,2007.

BELARMINO, Joana. **Associativismo e política: luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena.** João Pessoa: Idéia, 1997.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL, **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **O Significado da Deficiência Visual na Vida Cotidiana: análise das representações dos pais-alunos-professores.** Dissertação de Mestrado-Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande-Mato Grosso: 1999.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos.** Campinas. SP:Autores Associados:PUC,2003

CONSTITUIÇÃO, **República Federativa do Brasil,** 1998.

IPAESE, **Documentos Oficiais.**

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas. SP; Autores Associados-2004.

LUNARDI,Márcia Lise.**Inclusão/Exclusão:duas faces da mesma moeda(doc s/d)**

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5 ed. - S.Paulo:Cortez,2005.

MEC/Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Deficientes Visual-Formação de Professor-Projeto Interiorizando Braille-2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4: O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais - Brasília:UnB.Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância,2000.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. Aracaju:Universidade Tiradentes.2005

YAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In Temporalis n°03. ABEPSS-2001.